

JOURNAL OF  
**DEMOCRACY**  
EM PORTUGUÊS

*Volume 11, Número 2, Novembro de 2022*

Artigos Inéditos

**O movimento bolsonarista e a americanização  
da política brasileira:  
causas e consequências da extrema direita no poder**

*Guilherme Casarões*

**Angola e Moçambique: avanços e recuos  
da democracia**

*Mathias Alencastro*

---

Traduções

**Ucrânia e Rússia: guerra e regimes políticos**

*Timothy J. Colton*

**Propaganda digital: o poder dos influenciadores**

*Samuel C. Woolley*

**Por que a democracia alimenta teorias  
da conspiração**

*Scott Radnitz*

**Como os autocratas instrumentalizam os direitos  
das mulheres**

*Elin Bjarnegård e Pär Zetterberg*

**PLATAFORMA  
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC  
CENTRO EDELSTEIN

[PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG](http://PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG)



JOURNAL OF  
**DEMOCRACY**  
EM PORTUGUÊS

CONSELHO EDITORIAL	Bernardo Sorj Sergio Fausto
TRADUÇÃO	Fabio Storino
REVISÃO TÉCNICA	Otávio Dias Beatriz Kipnis
DIAGRAMAÇÃO	Felipe Martins   Wonderweb

Journal of Democracy em Português, Volume 11,  
Número 2, São Paulo, Novembro de 2022  
Plataforma Democrática  
ISSN 2527-1369

**Índice de catálogo sistemático:**

Democracia, Política e Governo, Sociedade, Partidos Políticos, Políticas Públicas.

**© Copyright - Todos os direitos reservados à:**

Fundação Fernando Henrique Cardoso  
Rua Formosa, 367, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01049-000  
[www.fundacaofhc.org.br](http://www.fundacaofhc.org.br) • e-mail: [imprensa@fundacaofhc.org.br](mailto:imprensa@fundacaofhc.org.br)

**PLATAFORMA  
DEMOCRÁTICA**  
FUNDAÇÃO FHC  
CENTRO EDELSTEIN  
PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



São Paulo (Sede)  
Rua Formosa, 367, 6º andar - Centro  
São Paulo - SP - Brasil - CEP 01049-000  
tel: +55 (11) 3359-5000  
[contato@plataformademocratica.org](mailto:contato@plataformademocratica.org)

PERIODICIDADE: Semestral

# **O movimento bolsonarista e a americanização da política brasileira: causas e consequências da extrema direita no poder**

*Guilherme Casarões*

*Guilherme Casarões, doutor e mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), é professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP). Possui pesquisas e artigos publicados nas áreas de política externa brasileira, extrema direita e nacionalismo religioso, relações Brasil-Oriente Médio e teoria das relações internacionais. É um dos coordenadores do Observatório da Extrema Direita.*

Quando Donald Trump se elegeu presidente dos Estados Unidos, em novembro de 2016, diversos analistas convergiram num diagnóstico razoavelmente preciso, ainda que depreciativo: graças ao populista de extrema direita que chegava ao poder, a política norte-americana teria se “latino-americanizado” (Encarnación, 2016; Tharoor, 2017). Eles se referiam aos traços demagógicos, misóginos, protecionistas e personalistas que tornaram Trump popular num país outrora avesso a esse tipo de fazer político, mas que eram comuns na história das nações ao sul do Rio Grande.

O argumento é correto naquilo que remete aos aspectos pessoais que viabilizaram não somente a eleição de Trump, mas também o fun-

cionamento de seu governo, baseados na construção de um inédito populismo norte-americano. Mas há nele um ponto cego fundamental: enquanto na América Latina os movimentos populistas eram inclusivos, voltados à incorporação das massas empobrecidas na sociedade, o populismo representado por Trump e pela extrema direita republicana é fundamentalmente excludente, baseado na construção de um regime iliberal, potencialmente autoritário, em que minorias não são autorizadas a participar do processo democrático.

Com a ascensão do bolsonarismo, estamos diante de um processo de americanização da política brasileira. Ironicamente, Jair Bolsonaro é o primeiro presidente “jacksoniano” do Brasil, emulando a visão política do presidente Andrew Jackson (1829-1837), recentemente reeditada por Trump. Considerado o primeiro populista norte-americano, o general e ex-parlamentar governou o país confrontando as instituições, desobedecendo decisões da Suprema Corte de proteção a povos nativos e implementando um modelo de democracia majoritária e antielitista – em benefício de uma classe média branca e masculina (Casarões, 2022).

Com isso, não quero sugerir que a extrema direita nacional não tenha raízes, das mais variadas, nas ideologias radicais que emergiram no Brasil ao longo do último século. Mas essa expressão particular contemporânea do reacionarismo brasileiro, do qual o presidente Bolsonaro é a face mais visível, constituiu-se a partir de ideias, gramáticas e estratégias fortemente internacionalizadas – e, em larga medida, importadas das diversas correntes que compõem o mosaico da extrema direita norte-americana (Encarnación, 2018). O bolsonarismo é, antes de tudo, um movimento transnacional, que tem nos Estados Unidos seu principal horizonte, tanto na formatação de uma ideologia como na construção de uma nova realidade política.

Esta constatação explica dois movimentos observados no Brasil desde a ascensão de Bolsonaro como candidato viável à Presidência

da República, em 2018. O primeiro deles é a insistente tentativa, por parte do bolsonarismo, em legitimar-se a partir das conquistas políticas do trumpismo. Como cristas de uma onda global de extrema direita, dificilmente Bolsonaro teria conseguido se eleger sem as condições internacionais oferecidas pela chegada de Trump à Casa Branca, tanto no plano simbólico-estratégico como no plano material – que envolveram, entre outras coisas, o apoio direto à candidatura bolsonarista por parte de grupos ligados ao governo americano.

O segundo é a transformação do Brasil no bastião da guerra cultural dos “defensores do Ocidente”: após a derrota de Trump na sua corrida pela reeleição em 2020, os olhos da extrema direita americana (e mundial) voltaram-se para as eleições brasileiras de 2022. Nas palavras de Steve Bannon, ex-estrategista da Casa Branca e o mais notório representante da *alt-right* dos EUA, a disputa presidencial no Brasil deste ano é a segunda mais importante do mundo – e a mais decisiva da América Latina (Pagliarini, 2021).

Este artigo tem como objetivo analisar a ascensão da extrema direita contemporânea no Brasil e situá-la no contexto da americanização da política brasileira. Ele será dividido em quatro partes. Na primeira, buscarei apresentar os elementos fundamentais do bolsonarismo como expressão da direita radical, discutindo sua noção particular de democracia majoritarista ou iliberal. Em seguida, demonstrarei como o bolsonarismo se construiu como movimento transnacional, inspirado em sua contraparte americana (o trumpismo), a partir de três movimentos: emulação, articulação e internalização. Cada subseção, na segunda parte, dará conta de um dos conjuntos de atores que dão forma ao movimento bolsonarista: os templários digitais, os pastores patriotas, os libertários tropicais e os conservadores em armas. Por fim, a terceira seção apresentará reflexões finais sobre o tema, diante dos resultados das eleições presidenciais de 2022 no Brasil.

## **O que é a extrema direita brasileira?**

Não existe somente um movimento de extrema direita no Brasil. Há vários, de tamanhos e matizes diversos, que se espraiam pela história do século 20. A mais emblemática dessas manifestações políticas foi o integralismo, ideologia de corte fascista que se cristalizou no primeiro partido de massas do país e que, até hoje, influencia movimentos e grupúsculos radicalizados em atividade. No entanto, de ufanistas autoritários ligados ao falecido político Enéas Carneiro a ultracatólicos do Centro Dom Bosco, passando por skinheads e neonazistas, o arco da extrema direita brasileira é amplo, plural e complexo (Caldeira Neto, 2020).

O bolsonarismo é, sem dúvida, a expressão contemporânea mais consolidada da extrema direita tupiniquim. Em gestação desde pelo menos 2016, esse movimento possui afinidades e sobreposições com outros membros de sua família ideológica, mas não necessariamente se confunde com eles. Além do tamanho – afinal, 56 milhões de brasileiros foram às urnas eleger Jair Bolsonaro à presidência em 2018, e 58 milhões votaram por sua reeleição em 2022 – e da capilaridade genuinamente nacional, o bolsonarismo distingue-se de outros grupos por sua maleabilidade ideológica e programática e por operar, ao menos em tese, dentro dos limites do jogo democrático, frequentemente testando sua resiliência.

Mais ainda: trata-se de um movimento que, a despeito de arroubos golpistas e autoritários por parte de seu líder, devidamente cancelados por frações de seu entorno político e de sua base societária, oferece uma visão – ainda que deturpada e pouco clara – de democracia. Não estamos falando, por óbvio, de uma concepção liberal e pluralista do termo, com a qual a Ciência Política trabalha, mas de uma construção democrática iliberal ou majoritarista. Nela, concebe-se o sistema democrático não como um empreendimento universal e inclusivo, senão como pura e simples expressão de uma certa vontade da maioria, à qual as instituições devem servir.

O grande dilema desse modelo de democracia, a possibilidade de transformar-se em “tirania da maioria”, torna-se particularmente crítico (e custoso) em sociedades culturalmente plurais nas quais um dos grupos culturais é majoritário – ou, ao menos, se apresenta como tal (Boxill, 1998). Essa tensão entre maioria e minorias tem sido o traço mais marcante do Partido Republicano norte-americano, desde, pelo menos, a década de 1980, novamente remontando à tradição jacksoniana do início do século 19 nos Estados Unidos.

Seja como for, ao contrário de outros movimentos de extrema direita que fazem parte desse ecossistema político, o bolsonarismo pretende-se democrático, mesmo quando não o é. Isso nos leva a uma questão taxonômica essencial: a rigor, dentro do guarda-chuva conceitual da extrema direita (*far-right*), o movimento capitaneado por Jair Bolsonaro encontra-se na categoria de direita radical (*radical right*), uma vez que aceita os pressupostos essenciais da democracia.

Adota, frente a eles, uma postura de insatisfação reformista: diante de mazelas do sistema político, como a corrupção e os privilégios, ou com o intuito de frear uma agenda progressista que supostamente contradiz o caráter conservador da população, o bolsonarismo aceita conceder poderes especiais ao líder político para subverter as instituições e redirecionar políticas públicas, sempre em nome da vontade popular. Distingue-se, pois, da ultradireita (*extreme right*), abertamente antidemocrática e revolucionária no seu desejo de romper com o consenso político vigente, almejando forjar uma nova sociedade que reflita os valores do movimento no poder, como no caso no nazifascismo europeu (Mudde, 2019).

Do ponto de vista substantivo, o bolsonarismo compartilha da ideologia da extrema direita, definida por Mudde (2019) como uma combinação de dois elementos: nativismo e autoritarismo. O primeiro diz respeito a uma concepção de sociedade cujos únicos membros “verdadeiros”, que merecem usufruir plenamente direitos políticos,

são nativos à comunidade. Se, no caso europeu e de alguns movimentos norte-americanos, essa característica legítima posições contrárias à imigração e ao multiculturalismo, podendo também ser concebida como uma espécie de etnonacionalismo (ou supremacismo racial), para o bolsonarismo esse caráter nativista se manifesta no nacionalismo religioso e no anticomunismo – produzindo, por sua vez, uma base ideológica supremacista cristã.

Para o movimento bolsonarista, o cristianismo representa o principal traço de pertencimento ao grupo, imaginado como uma espécie de monólito majoritário. Quando o então deputado Jair Bolsonaro proclamou, em ato de pré-campanha em 2017, que “o Brasil é um país cristão” e que as “minorias deveriam se curvar às majorias, ou adaptando-se ou desaparecendo”, ele foi capaz de criar uma síntese eficiente da dicotomia schmittiana amigo versus inimigo, na qual os cristãos, que são “cidadãos de bem e patriotas”, opõem-se a todo tipo de minorias – desde criminosos, de pedófilos a traficantes, até representantes legítimos de segmentos e pautas sociais, como ambientalistas, desarmamentistas, militantes LGBTQIA+ e feministas – unidos pelo traço comum de uma alegada influência “marxista cultural”.

A reativação da cantilena do temor comunista permitiu ao bolsonarismo não somente criar um senso permanente de ameaça (interna e externa), como também projetar a fusão entre nacionalismo e cristianismo como a única resposta possível às forças que pretendem subverter e desagregar a sociedade brasileira contra seus valores tradicionais: Deus, pátria e família.

O autoritarismo, por sua vez, se exprime no desejo de concentração de poder nas mãos do chefe do Executivo para fazer valer a uma suposta vontade popular (manifestada pela maioria nas urnas), em detrimento dos mecanismos institucionais de freios e contrapesos definidos pela Constituição. Expressões como “supremo é o povo” (em oposição às decisões de ministros do Supremo Tribunal Federal



contrárias ao governo) e “eu autorizo, presidente” (a favor de uma suposta intervenção militar constitucional no contexto da pandemia de Covid-19) dão a medida da natureza do autoritarismo que anima os apoiadores de Bolsonaro, particularmente vocais nos inúmeros protestos pró-governo convocados ou estimulados pelo próprio presidente ao longo dos últimos quatro anos, inclusive – e especialmente – em tempos de distanciamento social.

Para além do permanente tensionamento institucional, o viés autoritário do bolsonarismo se manifesta na luta permanente contra a imprensa e a sociedade civil. O caso do jornalismo profissional é emblemático:

---

***Para além do permanente tensionamento institucional, o viés autoritário do bolsonarismo se manifesta na luta permanente contra a imprensa e a sociedade civil.***

Bolsonaro faz ataques públicos recorrentes a profissionais e veículos de imprensa que publiquem notícias contrárias ao governo ou denúncias de corrupção e improbidade administrativa. Ao mesmo tempo em que fomentam a desconfiança e a hostilidade de seus apoiadores contra a mídia tradicional (os grupos Folha e Globo, em particular, além de jornalistas mulheres), o presidente, políticos próximos e influenciadores de diversos nichos legitimam portais, sites e vozes pró-governo – cujo trabalho mistura elementos de propaganda governamental, reportagens difamatórias e desinformação sistemática. Por essas razões, a organização Repórteres Sem Fronteiras (RSF) rebaixou a colocação do Brasil no ranking de liberdade de imprensa nos últimos anos e chegou a afirmar que “a relação entre imprensa e governo se deteriorou consideravelmente desde a posse de Jair Bolsonaro”<sup>1</sup>.

Há, em paralelo, um movimento aberto de controle, deslegitimação e perseguição à sociedade civil organizada. Em um de seus primeiros

---

1. Ver: <https://rsf.org/en/country/brazil>.

atos governamentais, Bolsonaro atribuiu à Secretaria de Governo, então chefiada pelo general Carlos Alberto dos Santos Cruz, a responsabilidade de “supervisionar, coordenar, monitorar e acompanhar as atividades e as ações dos organismos internacionais e das organizações não governamentais no território nacional”. A medida, considerada controversa e até mesmo inconstitucional, foi o início de uma série de investidas governamentais contra ONGs, sempre sob o pretexto de que estariam ameaçando os interesses nacionais. Em 2020, o presidente chegou a responsabilizá-las pelas queimadas na Floresta Amazônica: “Você que está numa ‘ongzinha’ aí pegando grana de fora. Vocês sabem que as ONGs não têm vez comigo. A gente bota para quebrar em cima desse pessoal. Não consigo matar esse câncer (...) que tem na Amazônia” (Alessi, 2019).

Em linha com outros movimentos contemporâneos de direita radical, o bolsonarismo também é populista. Mudde (2019) define populismo como uma ideologia fraca – que se acopla a ideologias fortes, como o socialismo, o fascismo ou o liberalismo – que divide a sociedade entre o “povo puro” e a “elite corrupta”, na qual se prega, ademais, que a política deve ser a expressão da vontade geral do povo, tendo o líder (ou o partido) como porta-voz dos anseios populares.

A personificação do salvacionismo durante a primeira campanha presidencial de Bolsonaro, colocando-o como representante exclusivo da rejeição ao sistema político e do ódio ao Partido dos Trabalhadores, já seria indício suficientemente forte desse traço populista. No entanto, o caráter messiânico do líder do movimento, traduzido em apelidos como “mito”, “capitão” ou “messias” e potencializado pelo trágico atentado a faca às vésperas da eleição de 2018, criou condições para que esse mesmo populismo fosse empregado como instrumento de governabilidade.

Por meio do populismo, o movimento bolsonarista foi capaz de colocar em marcha seu conceito de democracia iliberal. Bolsonaro transformou-se no único porta-voz de uma ideia particular de povo,

marcada pelos valores cristãos e conservadores, pela defesa da família tradicional e por um conceito difuso de liberdade – focado no empreendedorismo desregulado, na liberdade irrestrita de expressão e na posse de armas. O caráter hiperpersonalista do movimento e de seus valores se expressa bem por um versículo bíblico exaustivamente repetido pelo presidente: “e conhecereis a Verdade e a Verdade vos libertará” (João 8:32), como se a sociedade e seu ideal de verdade não existissem fora do que quer e diz o líder, como numa seita religiosa. É justamente essa fusão entre povo, fé e líder que levou analistas a rotularem o bolsonarismo como um movimento (e um governo) neofascista, convivendo imperfeitamente numa democracia institucional fragilizada (Boito Jr, 2020; Caldeira Neto, 2020).

Finalmente, é importante frisar que o amálgama bolsonarista, que reúne empresários grandes e pequenos, pastores e fiéis evangélicos, membros das polícias e das Forças Armadas, envolve uma permanente reescrita da história. As origens cristãs e agrárias do Brasil, bem como sua matriz europeia, são ressaltadas pelas teses laudatórias ao Império, pintado como um tempo de paz, unidade e prosperidade, em oposição às turbulências da República. Nesse esforço revisionista, Bolsonaro é comparado com os supostamente ilustrados imperadores brasileiros, que corporificavam o cristianismo e asseguravam a ordem social e as hierarquias tradicionais (Krause e Pachá, 2020).

A honestidade, a eficiência e o compromisso democrático dos militares são apresentados de maneira acrítica a partir de releituras seletivas do período ditatorial brasileiro, a que Bolsonaro frequentemente tece elogios públicos. A despeito da base predominantemente evangélica do bolsonarismo, a ponte entre o Império e a ditadura de 1964 é a fé católica, representada, ainda hoje, pelo movimento Tradição, Família e Propriedade (TFP), ligado ao movimento monarquista, a empresários anticomunistas apoiadores do regime militar e a grupos ideológicos influentes nas Forças Armadas (Estado de Minas, 2019).

## **A ascensão do bolsonarismo**

O sucesso do bolsonarismo, como pretensão movimento de massas, se explica não somente pela ideologia de extrema direita e por sua capacidade de oferecer critérios de pertencimento (e até mesmo acolhimento) a uma suposta maioria que deveria comandar os rumos da democracia brasileira. Para entender sua rápida ascensão e capilaridade sem precedentes no Brasil contemporâneo, é fundamental analisar as estratégias de construção das narrativas e de controle do debate público, que passam, necessariamente, pela ocupação precoce e organizada dos espaços digitais e pelo empoderamento de grupos-chave para a organização dessa ideia de democracia majoritarista discutida na seção anterior.

Nesse sentido, deve-se resgatar as duas premissas deste artigo, que se referem ao caráter intrinsecamente transnacional do bolsonarismo e sua capacidade (e disposição) de “americanizar” a política brasileira. Apontar as semelhanças entre o fenômeno político capitaneado por Bolsonaro e aqueles observados ao redor do mundo, notadamente nos Estados Unidos ou na Hungria, é um bom ponto de partida, mas insuficiente para fornecer uma explicação satisfatória para a força e a persistência do movimento bolsonarista. É preciso compreender a tripla estratégia na qual ele se ancora, que envolve etapas de emulação, articulação e internalização.

Em outras palavras, o bolsonarismo foi capaz de (1) identificar e reproduzir práticas e performances bem-sucedidas de movimentos globais de extrema direita, sobretudo nas redes sociais, mas também no campo da comunicação política pensada amplamente; (2) articular-se com grupos internacionais específicos que pudessem prover suporte ideológico, societário ou material aos seus contrapartes brasileiros; (3) alinhar narrativas domésticas e estrangeiras, seja no sentido de internalizar e legitimar pautas e movimentações do bolsonarismo, amplificar causas outrora negligenciadas no debate público, ou até mesmo fomentar percepções sobre inimigos internos e externos, compartilhadas com outros grupos além-fronteiras.

Os Estados Unidos são uma peça fundamental para a compreensão do quebra-cabeça bolsonarista. De lá, foram importados a gramática, a substância e o estilo de ação dos quatro grupos que hoje compõem o movimento brasileiro: os templários digitais, construtores de narrativas políticas, identificados com a *alt-right* norte-americana e representados no caso brasileiro por Olavo de Carvalho; os pastores patriotas, articuladores dos valores cristãos (e, no limite, do projeto nacionalista cristão) junto à sociedade, que emulam a agenda da direita religiosa norte-americana e empreendem uma guerra cultural de longo alcance; os libertários tropicais, defensores de uma agenda ultraliberal que se estende da economia à educação e à liberdade incondicional de expressão, mas sempre orientados por valores sociais conservadores, à semelhança do paleolibertarianismo dos EUA; e os conservadores em armas, grupo-síntese inspirado na Segunda Emenda à Constituição norte-americana, que reúne olavistas, cristãos conservadores e ultraliberais em defesa do armamento amplo e irrestrito da população.

Pode-se argumentar que a grande força do bolsonarismo é sua capacidade de costurar múltiplos grupos de interesse e correntes de pensamento liberais e conservadoras em um mosaico político-ideológico minimamente coerente. Isso não teria sido possível sem a construção de uma narrativa comum unificadora que representasse, de alguma maneira, os anseios coletivos de um grupo considerável de brasileiros que não se sentiam representados pelo sistema político – ou, no jargão que se popularizou no contexto eleitoral, pela “velha política”. Ainda que antipetismo e combate à corrupção (ou lavajatismo) fornecessem alguma liga para esse movimento, cujas origens remontam às manifestações verde-amarelas pelo impeachment de Dilma Rousseff em 2015 (ou, alguns casos, aos primeiros protestos de 2013), faltava-lhe uma identidade mais clara. Aos poucos, ela foi se revelando no binômio antiglobalismo/nacionalismo cristão, elementos que se desenvolveram de maneira concomitante ao longo da última década.

## Os templários digitais à sombra da *alt-right* americana

Os templários digitais, grupos de direita nascidos dos fóruns virtuais e das redes, foram os responsáveis por criar o ambiente emocional – de medo e ódio – que impulsionou o bolsonarismo em seus primórdios. Para tanto, importaram ideias e métodos da *alt-right*. O pendor por teorias conspiratórias, a linguagem violenta (associada à nascente cultura troll) e os memes de grande poder de viralização são as características mais visíveis dessa facção radicalizada da extrema direita norte-americana que chegou ao Brasil. Há, ademais, uma dimensão substantiva relevante, que chamaremos de antiglobalismo na falta de uma expressão mais abrangente, mas que deve ser analisada com atenção.

Na literatura recente sobre o fenômeno da *alt-right*, existe um debate extenso sobre os objetivos e a ideologia do movimento. Na ausência de um conjunto claro de diretrizes, entende-se que a defesa de uma identidade branca, muitas vezes traduzida na ideia de nacionalismo ou supremacismo branco, está no cerne das reivindicações desse grupo. Para seus membros menos radicais, bastaria que houvesse mais controle migratório e mais liberdade para defender políticas e ideias de cunho racista, de modo a assegurar a dominação branca numa sociedade multirracial ou multicultural. Para as franjas mais radicais, o objetivo se aproxima do ideal nazista de pureza racial, transformando os Estados Unidos em um ou diversos “etnoestados” de ascendência europeia (Hawley, 2017; Main, 2018).

A *alt-right*, além disso, rejeita abertamente os valores da democracia liberal. Sua premissa básica é a de que, como existe uma desigualdade natural entre membros da sociedade (seja ela racial ou biológica), a igualdade civil torna-se obsoleta e indesejável. Por isso mesmo, o movimento se opõe fortemente ao discurso feminista de igualdade de gênero, ao discurso antirracista fundamentado na “teoria racial crítica” e corporificado em movimentos como *Black Lives Matter*, bem

como à comunicação politicamente correta, sob o argumento de que são tentativas de cerceamento da liberdade de pensamento e expressão. O traço mais distintivo dessa oposição é a linguagem agressiva, virulenta, irônica e muitas vezes preconceituosa. Nascida nas profundezas da internet, a “cultura troll”, destinada a deliberadamente provocar discórdia e reações emocionais para além dos limites da convivência democrática, permitiu que o movimento circulasse amplamente suas mensagens e se infiltrasse no debate nacional (Hawley 2017: 19).

Ainda que existam traços visíveis de racismo e antissemitismo no discurso bolsonarista, que levaram, inclusive, à acusação de membros do governo Bolsonaro por apropriação de símbolos e performances associados ao supremacismo branco da *alt-right* (Agência Senado, 2021), a dimensão racial não parece ser central ao movimento brasileiro (Carvalho, 2018). Para os templários digitais brasileiros, a oposição ao atual estado de coisas gira em torno de uma ameaça mais difusa, mas também comum aos extremistas norte-americanos, a que chamam de “marxismo cultural”. A teoria conspiratória do marxismo cultural é produto direto do fim da Guerra Fria, momento em que a ameaça comunista representada concretamente pela União Soviética teria dado lugar a uma força invisível (e virtualmente indestrutível) da dominação ideológica da esquerda nas escolas e universidades, na imprensa, nas artes e no governo (Mirrlees, 2018).

Segundo o discurso da *alt-right*, devidamente incorporado pelos templários brasileiros, essa hegemonia esquerdista em nível global seria financiada por bilionários como George Soros e Bill Gates e difundidas por meio de pautas de organizações multilaterais como a União Europeia e as Nações Unidas. O objetivo dessa agenda globalista seria aculturar as sociedades, retirando-lhe os vínculos com Deus, a nação e a família, com propósitos ideológicos (no caso dos marxistas culturais) ou meramente mercantis (no caso dos chamados “metacapitalistas”). A guerra ao globalismo teria que ser realizada, antes de tudo, no

campo da cultura, por meio da eliminação das influências esquerdistas – de pautas como aborto, gênero, mudanças climáticas – e da retomada dos valores tradicionais e conservadores em todos os campos da sociedade. Os antiglobalistas incorporaram, assim, as estratégias de ocupação de espaços próprias da guerra cultural conservadora norte-americana (Hunter, 1991).

O pai intelectual dos templários digitais brasileiros é Olavo de Carvalho. Filósofo autoproclamado e polemista profissional, ele foi responsável por traduzir para a realidade nacional teses e argumentos da guerra cultural que circulavam desde os anos 1970 nos EUA. A despeito de esforços de adaptação dos *talking points* do conservadorismo ianque aos problemas do Brasil, muito do que Carvalho produziu ao longo da década de 1990, em livros e colunas na grande imprensa, emulava os trabalhos de filósofos e ideólogos da direita radical americana (Carvalho, 2015)<sup>2</sup>. Munido de um denso repertório crítico à esquerda e valendo-se de uma linguagem abertamente debochada e agressiva, Carvalho articulou uma estrutura digital de difusão de suas ideias ao longo dos anos 2000 – contando com um site de “notícias alternativas” (Mídia Sem Máscara), um programa de rádio pela internet (True Outspcak) e o Curso Online de Filosofia (COF), principal espaço de conversão política e massificação ideológica pela internet, amplificado pela forte inserção nas redes sociais.

A frustração com o governo Dilma Rousseff e as grandes manifestações antipetistas que ganharam força após 2013 proporcionaram o caldo de cultura ideal para a ascensão de uma nova direita no país. A combinação entre recessão econômica, conflitos entre presidente e Congresso e denúncias de grandes esquemas de corrupção, potencializadas pela Operação Lava Jato, abriu um vácuo político-partidário

---

2. Entre os autores e obras que serviram de inspiração para o pensamento político de Olavo de Carvalho estão Allan Bloom (*The Closing of the American Mind*, de 1988), Gary Allen e Larry Abraham (*Política, Ideologia e Conspirações*, de 1972) e Michael Minnicino (*The New Dark Age: the Frankfurt School and 'political correctness'*, de 1992).



que foi ocupado por agrupamentos de orientação liberal na economia e conservadora nos costumes, como o Movimento Brasil Livre, o Vem Pra Rua e o Partido Novo (Rocha, 2021).

Na caminhada que culminou no impeachment de Dilma Rousseff, em meados de 2016, Olavo de Carvalho firmou-se como o grande ideólogo da nova direita brasileira, que passou a reproduzir acriticamente teses como a do “marxismo cultural” ou do “globalismo”. Muitos dos que foram às ruas animavam-se não somente pela revolta contra o governo do Partido dos Trabalhadores, mas contra o inimigo invisível que lhe dava sustentação: a hegemonia cultural da esquerda. Alguns chegavam a ostentar cartazes com os dizeres “Olavo tem razão”, em alusão às declarações paranoicas do escritor sobre o suposto plano gramsciano em curso no Brasil. Ele mesmo se orgulhava de, com suas ideias, ter ajudado “a direita brasileira a sair do armário” (BBC Brasil, 2016).

***No governo Bolsonaro, a internalização da guerra informacional se deu pela criação do “gabinete do ódio”, sediado no Planalto.***

Da *alt-right* americana, também se importou o ecossistema da guerra informacional<sup>3</sup> que viabilizou tanto o triunfo eleitoral de Jair Bolsonaro como a formação do amálgama bolsonarista. Os templários olavistas, ao longo de seu processo de gestação nos anos 2000, organizaram-se no ambiente digital por meio de portais (Mídia Sem Máscara, Raçonaria, Implicante e Senso Incomum), páginas em redes sociais (Revoltados Online, Vem Pra Rua e Movimento Brasil Livre) e debates no YouTube (*hangouts* promovidos por celebridades da direita em ascensão, como o próprio Olavo de Carvalho, o músico Lobão e o então deputado Jair Bolsonaro). Em larga medida, a linguagem agressiva, o tom histriônico

---

3. Ironicamente, a expressão “*information warfare*”, que remete ao uso e gestão de tecnologias de informação e comunicação no contexto de disputas políticas ou guerras multidimensionais (ou “guerras híbridas”), inspirou a criação da plataforma *InfoWars* em 1999 por Alex Jones, um dos mais proeminentes comunicadores da *alt-right*.

e o modelo de negócios reproduziam a fórmula bem-sucedida de influenciadores da *alt-right*, como Paul Joseph Watson, Milo Yiannopoulos e Stephan Molyneux, além de sites como InfoWars, de Alex Jones, e *Breitbart News*, de Andrew Breitbart e Steve Bannon (Prado, 2021).

No governo Bolsonaro, a internalização da guerra informacional se deu pela criação do “gabinete do ódio”, máquina institucionalizada de desinformação, sediada no Planalto e liderada pelos filhos do presidente, Carlos e Eduardo Bolsonaro, além de financiada por empresários bolsonaristas (Lago, 2022). Mais recentemente, a criação do canal de TV Jovem Pan, cujo objetivo expresso é ser a versão brasileira da Fox News, ofereceu mais uma camada de legitimidade às teorias conspiratórias e narrativas que animam a extrema direita transnacional e brasileira.

## **Os pastores patriotas e a direita religiosa além-fronteiras**

A relação entre religião e política no Brasil passou por mutações dramáticas ao longo das últimas décadas. Majoritariamente católico, o país sempre possuiu forças políticas ligadas ao catolicismo, como o Partido Democrata Cristão (1945-1965), além de sofrer significativa influência do Vaticano (por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) em determinadas áreas de políticas públicas, como a educação, a assistência social e os direitos humanos. No entanto, o avanço das instituições republicanas e do sistema democrático consolidou uma política secular e pluralista em termos religiosos, consubstanciada no Artigo 5º da Constituição Federal de 1988 (Oro, 2005).

As transformações no panorama religioso brasileiro deram-se, sobretudo, pela rápida ascensão da população evangélica no país, que cresceu de 8% em 1980 para, aproximadamente, 30% em 2020. Aos poucos, grupos evangélicos, sobretudo pentecostais e neopentecostais,

passaram a ocupar espaços legislativos, guiados pelo lema “irmão vota em irmão” e animados pela chamada teologia do domínio, que preconiza a ocupação dos espaços sociais (cultura, imprensa, artes, negócios e política) rumo à construção de uma nação genuinamente cristã. Os esforços desses movimentos religiosos se materializaram na Frente Parlamentar Evangélica, criada em 1986 por iniciativa de políticos ligados à Assembleia de Deus e que hoje reúne mais de 200 parlamentares de inúmeros partidos, majoritariamente de centro e direita, e de diversas denominações cristãs – e até mesmo alguns católicos (Smith, 2016; Almeida, 2017).

A atuação política dos movimentos evangélicos também se redefiniu nos últimos anos. Durante o governo Lula da Silva (2003-2010), lideranças pentecostais e neopentecostais, concentradas em partidos do chamado “centrão” político, conseguiram alavancar sua influência ao estabelecer uma relação de coexistência com forças de esquerda, contribuindo para a governabilidade naquele período. Com isso, amelharam cargos, concessões de rádio e TV, passaportes diplomáticos e, sempre que possível, contiveram o avanço de pautas progressistas. No governo Dilma (2011-2016), o relacionamento entre a presidente e os evangélicos se esgarçou rapidamente, abrindo espaço para a considerável adesão dessas lideranças ao processo de impeachment, em 2016, sob a batuta do assembleiano Eduardo Cunha – e, na sequência, ao governo Michel Temer (Casarões, 2020).

Àquela altura, a organização política dos evangélicos já nos permitia falar numa direita cristã brasileira, aos moldes de sua contraparte norte-americana. Nos Estados Unidos, país de maioria protestante, essa direita religiosa deu uma guinada radical a partir da década de 1970, em reação às liberdades sexuais e ao uso de drogas no movimento da contracultura, à ampliação de iniciativas de direitos de homossexuais, bem como à legalização do aborto após a decisão *Roe v. Wade* (1973) pela Suprema Corte (Ramet, 2005). Nos anos seguin-

tes, essa coalizão cristã conservadora, cada vez mais radicalizada, assumiu os três temas como seus cavalos de batalha: guerra às drogas, ao aborto e à chamada “ideologia de gênero”, guiando a agenda política de presidentes republicanos como Ronald Reagan e George W. Bush (Toplin, 2007).

Outrora ignorados ou minimizados no debate público brasileiro, os temas próprios à direita cristã norte-americana passaram a povoar os discursos e práticas de lideranças religiosas e políticas conservadoras no Brasil. A guinada da bancada evangélica, de um “centro fisiológico” para uma “direita ideológica”, deu-se a partir de 2013, quando o deputado Marco Feliciano, da Assembleia de Deus, assumiu a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara e passou a pautar ativamente o debate sobre direitos sob uma perspectiva conservadora (Cowan, 2014).

Desde então, percebe-se uma disposição dos evangélicos de conformar a moralidade pública da sociedade brasileira, a partir do entendimento de que constituíam uma “maioria moral”, em vez de simplesmente buscar proteger seus próprios valores religiosos (Oro, 2005). Essa moralidade é articulada em quatro grandes eixos: econômico, orientado pelo discurso de meritocracia e empreendedorismo alinhado com a teologia da prosperidade; moral, no sentido da regulação do comportamento individual, das identidades de gênero e da noção de família; securitária, que remete a um conjunto de políticas repressivas e punitivas, como a redução da maioridade penal e a criminalização das drogas; e interacional, que construiu, entre os evangélicos, a perspectiva de demonizar as opiniões discordantes (Almeida, 2017).

A despeito da crescente força legislativa dos evangélicos, observada na expansão de sua bancada no Congresso, faltava-lhes um candidato majoritário com viabilidade eleitoral. Nas eleições de 2018, Bolsonaro corporificou a expectativa de muitos evangélicos de chegar ao topo do poder político. De mero parlamentar corporativista, conhe-

cido por suas declarações grosseiras e apologia à ditadura militar, ele passou a advogar pautas cristãs, com grande senso de oportunidade, no contexto da crescente polarização política da última década. Com a esposa Michelle e alguns de seus filhos frequentadores da Igreja Batista, o católico Bolsonaro, aos poucos, acercou-se de lideranças evangélicas (como o pastor Silas Malafaia e os pastores-parlamentares Marco Feliciano e Magno Malta) e formou uma espécie de frente híbrida, pan-cristã, “reunindo as vantagens eleitorais da identidade evangélica, mas evitando as desvantagens” (Freston, 2020, 372).

Além das pautas conservadoras típicas da direita religiosa americana, o pan-cristianismo de Bolsonaro viabilizou uma das mais ambiciosas visões de evangélicos fundamentalistas e católicos tradicionalistas: a construção de um projeto nacionalista cristão (Casarões, 2020; Pacheco, 2022). A melhor expressão desse modelo de sociedade, que envolve a submissão do pertencimento à nação (ou da cultura cívica nacional) a critérios e elementos de fé (Juergensmeyer, 1993), é o próprio bordão de campanha de Bolsonaro: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. A fusão entre nacionalismo e cristianismo na ideia de Brasil cristão coloca-se como pilar da democracia majoritarista propugnada pela extrema direita brasileira e foi um dos principais elementos de união entre templários digitais e pastores patriotas na conformação do movimento bolsonarista.

O projeto do nacionalismo cristão brasileiro ergue-se sobre as mesmas bases do movimento observado nos Estados Unidos – e já muito bem documentado e analisado (Goldberg, 2006; Perry e Whitehead, 2020; Stewart, 2020). Trata-se da mobilização, por parte de uma minoria altamente mobilizada e razoavelmente organizada, de narrativas, símbolos, cosmologias e papéis sociais baseadas no entendimento da Bíblia – muitas vezes literal – como único parâmetro moral da sociedade. Se, no Brasil, esse movimento é intimamente associado ao bolsonarismo, nos EUA ele é uma das bases sociais do trumpismo.

No entanto, embora nem Bolsonaro nem Trump sejam exemplos de uma vida religiosa, além de terem abraçado o cristianismo de maneira visivelmente oportunista, o apoio a essas lideranças (muitas vezes promovidas como messiânicas) se explica pela defesa das pautas morais no campo das políticas públicas, pela promessa de uma nação cristã, como também pelo empoderamento político de figuras e instituições religiosas (Posner, 2020).

Trump e Bolsonaro cercaram-se de religiosos em seu governo. O presidente norte-americano escalou, entre outros, os evangélicos Mike Pence (vice-presidente), Mike Pompeo (secretário de Estado) e Mark Meadows (chefe de gabinete), além de nomear a católica ultraconservadora Amy Coney Barrett para a Suprema Corte. O brasileiro, por sua vez, deu espaço a representantes da emergente direita cristã, como Damares Alves (ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos), fundadora da influente Associação Nacional dos Juristas Evangélicos (Anajure), Ernesto Araújo (ministro das Relações Exteriores), com laços tradicionalistas católicos (Teitelbaum, 2020), o pastor presbiteriano Milton Ribeiro (o quarto ministro da Educação do governo), além de ter nomeado o também presbiteriano André Mendonça (ex-Advogado-Geral da União e ministro da Justiça) para o Supremo Tribunal Federal, cumprindo a promessa de que nomearia um juiz “terrivelmente evangélico” para a corte (Casarões, 2020).

O vínculo entre a direita religiosa dos dois países não se dá somente por contatos informais entre lideranças evangélicas, mas também por meio de organizações transnacionais, como a *Capitol Ministries*. Fundada pelo ex-jogador de basquete Ralph Drollinger, a organização tem como objetivo declarado evangelizar líderes políticos ao redor do mundo para que legislem a partir de preceitos bíblicos, produzindo políticas públicas “que satisfaçam a Deus” (Dip e Viana, 2020). Com a chegada de Trump ao poder, em 2017, passou a concentrar esforços na América Latina, financiada por membros influentes do governo, como Pence e Pompeo, e

auxiliada pela *White House Faith and Opportunity Initiative* (Rodríguez, 2021). O trabalho de evangelização de Drollinger em países como Guatemala, Nicarágua, Peru e Paraguai (e, mais recentemente, Brasil), com o apoio do círculo íntimo de Trump, o tornou conhecido como “diplomata-sombra” da administração norte-americana (Schwartz, 2019).

Ademais da plataforma voltada às pautas conservadoras, um dos assuntos centrais do trabalho da *Capitol Ministries* diz respeito às relações com Israel. Unidos em torno do sionismo cristão, visão teológica que preconiza a defesa da Terra Santa como condição para a segunda vida de Cristo, a direita religiosa norte-americana e a administração Trump passaram a defender, além-fronteiras, o reconhecimento de Jerusalém como a capital “una e indivisível” israelense e a transferência das embaixadas nacionais para a cidade. A promessa (ainda não cumprida) de Bolsonaro durante a campanha de seguir as políticas trumpistas com relação a Israel foi um ponto importante de contato com as igrejas evangélicas no Brasil<sup>4</sup> – e atraiu o interesse e envolvimento de lideranças da direita cristã (Machado, Mariz e Carranza, 2021).

## **Os libertários tropicais e a ode à Primeira Emenda à Constituição americana**

À primeira vista, parece estranho associar o bolsonarismo, movimento de matriz autoritária e iliberal, a qualquer tipo de ideal libertário – que não somente prega o Estado mínimo em termos econômicos, como também rejeita qualquer tipo de interferência estatal na vida privada e nas liberdades individuais. De fato, a relação entre Bolsonaro e grupos ultraliberais é bem mais recente e ocorreu, a rigor, já no contexto da campanha de 2018. Até então, a expansão da ideologia libertária, iniciada em meados dos anos 2000,

---

4. A aproximação tardia de Israel por parte de Bolsonaro dizia respeito à sua tentativa de construir uma identidade com movimentos evangélicos. Em 2016, o então deputado filiou-se ao Partido Social Cristão, ligado à Assembleia de Deus e, em seu primeiro grande evento na nova legenda, viajou com os filhos para Israel e foi batizado pelo pastor Everaldo Pereira nas águas do rio Jordão.

deu-se em paralelo à ascensão do conservadorismo olavista e religioso, encontrando guarida em movimentos como Líber, Livres e Movimento Brasil Livre e recebendo suporte institucional e financiamento de *think tanks* como Instituto Millennium (IMIL), Instituto Mises Brasil (IMB) e Institutos Liberais (ILs) espalhados por diversos estados do país (Rocha, 2021).

Ao contrário dos outros atores aqui analisados, os libertários tropicais possuem conexões muito mais diretas e orgânicas com movimentos semelhantes norte-americanos. As origens do Livres, que por algum tempo esteve ligado ao Partido Social Liberal (PSL), remontam ao relacionamento de jovens liberais, como Fábio Ostermann, com o *Cato Institute e a Foundation for Economic Education*. O Instituto Mises Brasil, por sua vez, foi fundado pelo economista Hélio Beltrão Jr. em 2007, como braço autônomo do *Mises Institute* e hoje oferece cursos de pós-graduação em temas ultraliberais. Já a poderosa *Atlas Network*, *think tank* sediado em Washington, possui fortes vínculos com as organizações ultraliberais brasileiras, incluindo o Mises Brasil, o IMIL, instituição financiada por grandes grupos de imprensa nacionais e cujo maior expoente público é o economista (e polemista) Rodrigo Constantino, além do Instituto de Formação de Líderes, criado pelo empresário David Feffer, influente nos setores do mercado financeiro paulista (Baggio, 2018).

Quando Bolsonaro indicou o economista ultraliberal Paulo Guedes, egresso da Universidade de Chicago, como seu futuro ministro da Economia, ele selou a aliança política e eleitoral com os libertários. Alguns deles, como os empresários Salim Mattar e Paulo Uebel, ambos do Millennium, foram para o governo cuidar, respectivamente, das áreas de desestatização e desburocratização. Outros, como Winston Ling, do Fórum da Liberdade, tornaram-se apoiadores frequentes (e vocais) do presidente. Entre as pautas unificadoras da ala libertária do bolsonarismo estavam a reforma administrativa, a reforma da previdência e a agenda de privatizações. Ainda que a ampla agenda reformista tenha estagnado, levando a uma “debandada” da equipe econômica em meados de 2020, a maioria dos economistas e em-



presários ultraliberais segue apoiando o governo – alguns deles, inclusive, participando ativamente do bolsonarismo nas ruas e nas redes.

Em larga medida, a persistente adesão dos libertários tropicais à extrema direita deve-se à apropriação *lato sensu* da defesa da “liberdade” em todas as esferas, viabilizando uma aliança com grupos evangélicos, em torno do tema do *homeschooling*, ou com grupos ruralistas, defensores da desregulamentação ambiental. Mas a despeito da apologia à liberdade no programa de governo, essa certamente não era a prioridade de Bolsonaro até a eclosão da pandemia de Covid-19, em março de 2020. Ao se opor às medidas de isolamento social, o presidente passou a repetir um bordão que virou uma de suas marcas registradas: “mais importante que a vida é a nossa liberdade”. Com isso, acertou em cheio o coração (e o bolso) de um sem-número de “empreendedores bolsonaristas”, fenômeno interclasses que contempla cidadãos de realidades distintas, do executivo ao trabalhador informal precarizado, do grande empresário ao pequeno comerciante local, unidos pela ideologia do empreendedorismo e da meritocracia em oposição ao Estado (Nunes, 2021).

Mesmo com a postura insistentemente negacionista (e muitas vezes criminoso) diante da crise sanitária, Bolsonaro foi capaz de usar o valor difuso da liberdade para mobilizar seus apoiadores no combate às medidas restritivas, que passaram a ser encaradas como tirânicas e ditatoriais. Essa manobra teve o duplo efeito de manter a base unida e radicalizada, por um lado, e antagonizar atores políticos – do então governador de São Paulo, João Dória, ao Supremo Tribunal Federal – com vistas a amplificar a narrativa conspiratória dos traidores da pátria (Kalil et al, 2021). Vale lembrar que, nos primeiros meses de pandemia, o alvo preferencial do bolsonarismo e de seu líder ainda era o Congresso Nacional, em meio a pedidos de intervenção militar e uma reedição do Ato Institucional nº 5, dos tempos da ditadura (Gielow, 2020). Aos poucos, o rol dos inimigos passou a incorporar praticamente todas as instituições democráticas (inclusive agências governamentais, como a Agência

Nacional de Vigilância Sanitária ou o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) que se opunham às posições do presidente.

O agravamento da pandemia levou Bolsonaro a instrumentalizar um conceito ainda mais amplo de liberdade, que incluía o direito de adotar – e indicar – o tratamento precoce para a Covid-19 (baseado em medicamentos sem eficácia comprovada, como hidroxiquina e ivermectina), de não usar máscaras, vacinar-se ou observar qualquer medida sanitária adotada por prefeitos ou governadores. Embora muitas das posturas do presidente brasileiro fossem meras emulações do que Donald Trump vinha fazendo nos Estados Unidos, da recomendação de remédios milagrosos ao estímulo à realização de protestos em massa contra o isolamento social (Casarões e Magalhães, 2021), é possível argumentar que Bolsonaro levou seu populismo sanitário às últimas consequências – demitindo três ministros da Saúde em menos de um ano, participando ativamente de aglomerações e adotando uma estratégia informal, porém deliberada, de imunidade por contágio (Ventura, Aith e Reis, 2021a; 2021b).

A pandemia também uniu empreendedores libertários e parte da classe médica em defesa das liberdades – e do uso de terapêuticas ineficazes. Quatro dias após Bolsonaro anunciar, em suas redes sociais, a hidroxiquina como “uma possível cura” para a Covid-19<sup>5</sup>, o empresário Hélio Beltrão, do Mises Brasil, publicou um artigo na Folha de S. Paulo intitulado “Liberem a Hidroxiquina”, em que defendeu o uso ostensivo *off-label* do medicamento (Beltrão, 2020). Em poucas semanas, dezenas de médicos se organizaram no grupo Médicos Pela Vida (MPV), lançando um protocolo de tratamento e um manifesto assinado por milhares de profissionais de saúde (Canzian, 2020).

O que foi promovido como um movimento espontâneo reproduzia, na verdade, processo idêntico ao ocorrido nos Estados Unidos, às vezes com dias de diferença entre os dois países. O tuíte de Bolsonaro

---

5. Ver: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1241434576049840130>

com a divulgação da cura pela cloroquina, por exemplo, veio dois dias depois da primeira menção de Donald Trump ao medicamento como um “divisor de águas” (e horas depois de seu primeiro tuíte a respeito do assunto). O artigo de Beltrão, em que dizia que o governo seria irresponsável caso não adotasse protocolos para uso da hidroxicloroquina, foi publicado dois dias após a *Job Creators Network*, do bilionário Bernard Marcus, fundador da *Home Depot*, começar a circular postagens pagas no Facebook exigindo que Trump acabasse com a burocracia para que o governo distribuísse o remédio para os pacientes com Covid-19 (Pearson, 2020).

Mais emblemático, contudo, é o caso do Médicos Pela Vida. Fundado em maio de 2020, o grupo reunia médicos de diversos estados do país em torno da defesa de um “tratamento precoce” – expressão posteriormente abraçada pelo presidente para justificar a adoção de medicamentos ineficazes. O MPV desenvolveu uma relação simbiótica com o bolsonarismo: tornou-se palco para a projeção de médicos negacionistas e teorias conspiratórias sobre vacinas por meio de lives públicas e canais de transmissão em aplicativos de mensagens, além de oferecer assessoria informal ao governo por meio do famigerado “gabinete paralelo”, responsável por formular recomendações de enfrentamento da Covid-19 junto ao Planalto ao largo do Ministério da Saúde (BBC News Brasil, 2020).

Muito embora o movimento tenha origens e dinâmicas próprias, vários argumentos que sustentavam a defesa pública do tratamento precoce vinham de seu correlato norte-americano, o *America’s Frontline Doctors*. Sua criadora, a médica Simone Gold, havia ganhado notoriedade graças a um vídeo de julho de 2020, em que protestava em frente da Suprema Corte em defesa da cloroquina, contra as máscaras e o *lockdown*. Desde então, ela manteve contatos informais com o então assessor especial de Bolsonaro, Arthur Weintraub, apontado como um dos líderes do gabinete paralelo da Covid-19. Os argumentos

de Gold contra a vacina também se espalharam rapidamente entre bolsonaristas, ecoados por comentaristas leigos da Jovem Pan e médicos influenciadores nas redes sociais. Vale lembrar que a médica é alvo de ações judiciais nos EUA por disseminação de *fake news* e chegou a ser presa na invasão do Capitólio, em janeiro de 2021 (UOL Notícias, 2021).

Em meio à guerra contra a comunidade científica, a rede de *alt-science* formada no Brasil e espelhada no exemplo dos EUA também passou a se preocupar com uma outra liberdade, a de expressão. O bolsonarismo sentiu-se acuado em duas frentes: a legislativa e a digital. A controversa proposta do Senado de criminalizar notícias falsas difundidas pela internet, que se tornou particularmente sensível no contexto de extrema desinformação sobre a pandemia, foi duramente rechaçada pelo presidente e seus aliados como uma medida autoritária. No campo digital, ações do STF para banir contas de bolsonaristas identificados com a disseminação de informações falsas, bem como a iniciativa das próprias plataformas de incluir alertas em postagens potencialmente falsas, foram recebidas com revolta por Bolsonaro e seus aliados.

Em janeiro de 2021, a suspensão da conta de Donald Trump das principais mídias sociais (Twitter, Facebook e Instagram), após incentivar publicamente os ataques ao Capitólio, fez com que bolsonaristas migrassem para redes mais abertas, populares entre a *alt-right*, como Parler e Gettr, em defesa de um tipo de liberdade irrestrita de expressão que só encontra respaldo na Primeira Emenda à Constituição norte-americana (Haynes, 2021) – e que nada tem a ver com o ordenamento jurídico brasileiro.

## **Os conservadores em armas e a ode à Segunda Emenda à Constituição americana**

Se a liberdade incondicional de expressão da Primeira Emenda

à Constituição americana uniu empresários, economistas, médicos, jornalistas e militantes digitais em torno do direito de desinformar e de agredir, é a tropicalização da Segunda Emenda que proporciona a unidade mais orgânica do bolsonarismo – em torno do direito de se armar. São a quarta e talvez mais abrangente categoria do movimento: os *conservadores em armas*. Ao contrário da defesa das liberdades de expressão e de mercado, novidades incorporadas por Bolsonaro em sua trajetória rumo à presidência, o combate a políticas de controle de armas (consubstanciadas no Estatuto do Desarmamento, de 2003) é pauta antiga do ex-capitão. Ao longo dos anos, ele se destacou como um dos mais engajados porta-vozes da indústria de armas e munições no Congresso em prol da liberação, para fins comerciais, de porte e posse de armas (Rede Brasil Atual, 2014).

Quando lançou sua candidatura, em meados de 2015, Bolsonaro ampliou sua rede armamentista junto aos Estados Unidos, tendo como principais contatos o ex-lutador Royce Gracie e Tony Eduardo, dono e instrutor de clubes de tiro no Brasil e nos EUA frequentados pela família Bolsonaro e associados à simbologia da *alt-right* americana<sup>6</sup>. Eles apresentaram Carlos e Eduardo Bolsonaro à maior feira de armas dos EUA, a *Las Vegas Shot Show*, que os filhos do atual presidente passaram a frequentar assiduamente desde 2016, com claros propósitos políticos. Nessas oportunidades, construíram e sedimentaram laços com a *National Rifle Association* (NRA), lobby pró-armas norte-americano de alcance mundial. Há indícios de que a NRA, aliada um fundo de investimentos norte-americano, a *MFS Investment Management*, ajudou a financiar a campanha de Bolsonaro em 2018 (Seeing Red, 2022).

A NRA já atuava discretamente no Brasil desde os debates sobre o Estatuto do Desarmamento, trazida ao Brasil pelos ultracatólicos da

---

6. O clube de tiro *88 Tactical*, localizado em Omaha, no estado do Nebraska, tem Tony Eduardo como um de seus diretores e é frequentado pelos filhos de Bolsonaro desde 2016. A instituição é frequentemente acusada de usar simbologia neonazista e supremacista branca em suas postagens, logomarcas e produtos (Agência Pública, 2021).

TFP, ligada ao movimento monarquista (Farinelli, 2022). Em 2005, o porta-voz da associação, Andrew Arulanandam, chegou a dizer que as iniciativas desarmamentistas no Brasil representavam o “salvo de abertura” do movimento global de controle de armas – e que, caso fosse bem-sucedido, os Estados Unidos seriam o próximo alvo (Green e Varjacques, 2022). As previsões não se cumpriram, dada a força persistente da NRA na política dos EUA, potencializada pela eleição de um aliado incondicional, Donald Trump, em 2016 (Johnson, 2019).

O engajamento do trumpismo com o tema foi a janela de oportunidade para que o lobby das armas buscasse estabelecer relações mais próximas com a extrema direita global, inclusive – e especialmente – no Brasil. Após vários decretos do governo Bolsonaro facilitando a aquisição de licenças para CACs (Colecionadores de armas, Atiradores desportivos e Caçadores), o Brasil viu o número de armas registradas legalmente subir de 350 mil em 2018 para 1 milhão até agosto de 2022 (Lopes, 2022).

Inspirados pela maneira como a extrema direita americana (em suas vertentes *alt-right*, cristã e libertária) encaram os *second amendment rights* (Dawson, 2019), os conservadores em armas brasileiros defendem a causa-mestra do bolsonarismo: o direito de se armar. Ela se soma ao antiglobalismo dos templários, na crença de que a guerra cultural pode desembocar na necessidade real de proteger os valores tradicionais; ao nacionalismo cristão de evangélicos e ultracatólicos, animados pelo preceito bíblico da proteção da família e da nação (Agência Pública, 2022); e ao libertarianismo de ocasião daqueles que creem que a liberdade (inclusive de matar) é um direito fundamental do indivíduo.

A defesa das armas desembocou, em 2019, na criação de uma versão brasileira da NRA: o Pró-Armas, grupo criado pelo advogado Marcos Pollón, que se define como “pró-Deus, pró-vida e pró-armas”. Com o slogan “não é sobre armas, é sobre liberdade”, Pollón e mais 22 deputados abertamente ligados ao movimento foram eleitos em 2022.

Ele foi um dos destaques do maior evento conservador do Brasil, a versão nacional da *Conservative Political Action Conference* (CPAC-Brasil), idealizada por Eduardo Bolsonaro logo que seu pai chegou à presidência e transformada numa espécie de celebração das conexões norte-americanas da extrema direita brasileira.

Mobilizados pelo mote “um povo armado jamais será escravizado”, frase inspirada em Benito Mussolini e reavivada por Bolsonaro em meio à pandemia, olavistas, evangélicos e ultraliberais abraçam as armas em preparação para contestar o resultado das urnas. O bolsonarismo poderá até reproduzir a maior crise institucional da mais antiga democracia das Américas – a invasão do Capitólio, em 6 de janeiro de 2021. O roteiro já está dado: alegações infundadas e sistemáticas de fraude eleitoral, desconfiança e tentativas de criminalização dos institutos de pesquisa e a consolidação de uma identidade autoritária e pretensamente majoritarista, de fundo nacionalista cristão, traduzida na ideia de “Datapovo” (em oposição ao instituto Datafolha) e pouco disposta a aceitar qualquer resultado das urnas que não seja seu próprio triunfo. À diferença dos EUA, contudo, o presidente brasileiro conta com o apoio de importante setores das Forças Armadas, das polícias e das baixas camadas do estamento burocrático, precocemente cooptadas e aparelhadas pelo bolsonarismo.

A estrutura do processo de americanização da política brasileira é apresentada, de forma sintética, na Tabela 1, na qual se apresentam os movimentos de emulação, articulação e internalização da gramática, do estilo e das pautas da extrema direita norte-americana:

Tabela 1: movimentos da americanização da política brasileira a partir das conexões transnacionais

	Templários digitais	Pastores patriotas	Libertários tropicais	Conservadores em armas
Emulação	Linguagem troll, estratégias de ocupação dos espaços digitais e guerra cultural de extrema direita  Ecossistema da guerra informacional baseado em desinformação	Pautas da direita cristã americana: aborto, restrição a direitos LGBTQ+, guerra às drogas  Nacionalismo cristão  Sionismo cristão (relações privilegiadas com Israel)	Liberdades econômicas irrestritas  Direito incondicional às liberdades de expressão e movimento (First Amendment Rights)  Desregulamentação de políticas públicas de Educação (homeschooling), Meio Ambiente, entre outras	Direito inalienável às armas (Second Amendment Rights)  Defesa armada de valores ideológicos
Articulação	Steve Bannon e outros ideólogos e comunicadores da alt-right  Fox News (Tucker Carlson e Lou Dobbs)	Capitol Ministries  Latino Coalition for Israel  New Apostolic Reformation (NAR) e International Coalition for Apostolic Leaders	Cato Institute, Mises Institute, Atlas Network  America's Frontline Doctors	National Rifle Association (NRA)  Membros do Partido Republicano dos EUA
Internalização	“Gabinete do ódio” e Secretaria de Comunicação do governo (Secom)  Blogs e sites bolsonaristas (Terça Livre, Conexão Política, Folha do Brasil, Jornal da Cidade Online)  Jovem Pan e outros veículos adesiastas (Record, Correio do Povo)	Ativismo da Frente Parlamentar Evangélica  Fortalecimento de organizações políticas evangélicas, como a Anajure  Nomeação de evangélicos e católicos tradicionalistas para o primeiro escalão do governo	Lei da Liberdade Econômica e reformas liberalizantes  “Gabinete paralelo” no enfrentamento da Covid-19  Rede de alt-science composta por grupos como Médicos Pela Vida, influenciadores e jornalistas  Associação Nacional de Educação Domiciliar	Ativismo da “bancada da bala”  Movimento Pró-Armas  Conservative Political Action Committee (CPAC) Brasil
Principais representantes políticos	Filipe G. Martins  Carlos Bolsonaro  Ernesto Araújo  Abraham Weintraub	Dameres Alves  Marco Feliciano  Nikolas Ferreira  Michelle Bolsonaro	Paulo Guedes  Salim Mattar  Arthur Weintraub  Eduardo Pazuello	Eduardo Bolsonaro  Marcos Pollón  Ricardo Salles  Bia Kicis



## Considerações finais

Este texto começou a ser escrito entre os dois turnos da eleição de 2022 e foi finalizado após a vitória de Lula da Silva. O resultado apertado da disputa (50,9% para Lula contra 49,1% para Bolsonaro, uma diferença de 2 milhões de votos) é reflexo tanto do uso ostensivo da máquina pública pelo presidente em busca da reeleição como da resiliência do bolsonarismo, movimento amplo, relativamente coeso e espalhado pelo Brasil. No momento do fechamento deste artigo, apoiadores do presidente Bolsonaro ainda ocupam algumas rodovias, que vinham forçosamente fechadas desde a noite da divulgação dos resultados das urnas, e muitos seguem acampados na frente de quartéis ao redor do país. O mote comum aos protestos pós-eleitorais é a descrença nas urnas eletrônicas (fomentada recorrentemente por Bolsonaro e seus aliados, inclusive militares) e a demanda por intervenção militar a partir de uma leitura deturpada do Artigo 142 da Constituição Federal. No entanto, o próprio Ministério da Defesa, que realizou um processo paralelo de verificação e auditoria das urnas, constatou que não há indício de irregularidades nas eleições brasileiras.

Mobilizados pelo silêncio do presidente – que ainda não reconheceu oficialmente a derrota, ainda que tenha autorizado que seus ministros iniciassem o processo de transição –, o bolsonarismo segue ativo em sua contestação à ordem democrática, nas ruas e nas redes. Isso sugere que o Brasil testemunhará uma transição conturbada de governo, ao menos no plano social, rompendo o padrão das últimas quatro décadas de democracia. Vimos processo semelhante nos Estados Unidos: a eleição do democrata Joe Biden, em novembro de 2020, não foi capaz de desmobilizar o trumpismo – tornando-o, por vezes, mais reativo e virulento. Isso talvez nos mostre que o bolsonarismo, graças à sua organização e capilaridade, à sua identidade monolítica e majoritarista e a seus laços transnacionais poderosos, cujo principais interlocutores são a extrema direita norte-americana, seja capaz de sobreviver à derrota de Jair Bolsonaro.

A resiliência do movimento bolsonarista será peça-chave para uma eventual desestabilização do sistema democrático. Se, nos anos Bolsonaro, esse movimento deu-se de dentro (do governo) para fora, agora veremos o processo reverso, de fora para dentro. De todo modo, já é possível afirmar que, hoje, aproximadamente metade do país opera sob uma lógica cívica completamente diferente daquela que constituiu a cultura política brasileira, tanto historicamente quanto desde os albores da Nova República, quatro décadas atrás. Se pudermos singularizar um grande legado de Jair Bolsonaro e de sua poderosa e destrutiva versão da extrema direita brasileira, é o da americanização de nossa política, a partir do que há de pior do populismo autoritário norte-americano – fundamentalista, reacionário e armado até os dentes para defender sua própria visão excludente de sociedade. Ao longo dos próximos anos, ou décadas, teremos um grande esforço para tornar o Brasil brasileiro de novo – resgatando parâmetros mínimos de democracia, pluralidade e tolerância.

---

***É possível afirmar que, hoje, metade do país opera sob uma lógica cívica completamente diferente daquela que constituiu a cultura política brasileira historicamente.***

## Bibliografia

Agência Pública. “Pastores usam a Bíblia para defender posse de armas de fogo no Brasil”, 27 de abril de 2022. Disponível em <https://apublica.org/2022/04/pastores-usam-a-biblia-para-defender-posse-de-armas-de-fogo-no-brasil/>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Agência Senado. “Confundida com liberdade de expressão, apologia ao nazismo cresce no Brasil desde 2019”. 13 de agosto de 2021. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/08/confundida-com-liberdade-de-expressao-apologia-ao-nazismo-cresce-no-brasil-a-partir-de-2019>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Alessi, Gil. “MP prevê que general ‘monitore’ ONGs e exclui menção a LGBTs em pasta de Direitos Humanos”. *El País Brasil*, 3 de janeiro de 2019. Disponível em [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/02/politica/1546454574\\_434358.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/02/politica/1546454574_434358.html). Acesso em 15 de outubro de 2022.

Almeida, Ronaldo de. “A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo”. *Cadernos Pagu*, vol. 50, 2017.

Baggio, Kátia. “O poder da Atlas Network: conexões ultraliberais nas Américas”. *Voyager*, 27 de abril de 2019. Disponível em <https://avoyager.net/politica/atlas-network-conexoes-ultraliberais-nas-americas/>.

BBC Brasil. “Olavo de Carvalho, o ‘parteiro’ da nova direita que diz ter dado à luz flores e lacraias”. 15 de dezembro de 2016. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38282897>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Beltrão, Helio. “Liberem a hidroxicloroquina”. *Folha de S. Paulo*, 25 de março de 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/helio-beltrao/2020/03/liberem-a-hidroxicloroquina.shtml>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Boito Jr, Armando. “Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo?”. *Crítica Marxista*, no. 50, 2020.

Boxill, Bernard. “Majoritarian Democracy and Cultural Minorities”. In: Arthur Melzer et al (orgs.). *Multiculturalism and American Democracy*. Lawrence: University Press of Kansas, 1998.

Caldeira Neto, Odilon. “Neofascismo, ‘nova república’ e a ascensão das direitas no Brasil. Conhecer, vol. 10, no. 24, 2020.

Carvalho, Bruno. “Não foi você: uma interpretação do bolsonarismo”. Piauí, no. 142, 2018. Carvalho, Olavo de. O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota. Rio de Janeiro: Record, 2015.

Casarões, Guilherme. “Religião e poder: a ascensão de um projeto de ‘nação evangélica’ no Brasil?”. Interesse Nacional, abril-junho, 2020.

Casarões, Guilherme. “Bolsonarismo e a americanização do Brasil”. Folha de S. Paulo, 25 de outubro de 2022. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2022/10/bolsonarismo-e-a-americanizacao-do-brasil.shtml>. Acesso em 26 de outubro de 2022.

Casarões, Guilherme; Magalhães, David. “The hydroxychloroquine alliance: how *far-right* leaders and alt-science preachers came together to promote a miracle drug”. Revista de Administração Pública, vol. 55, no. 1, 2021.

Cowan, Benjamin A. “‘Nosso Terreno’: crise moral, política evangélica e a formação da ‘Nova Direita’ brasileira”. Varia Historia, v.30, n.52, 2014.

Dawson, Jessica. “Shall not be infringed: how the NRA used religious language to transform the meaning of the Second Amendment”. Palgrave Communications volume 5, no. 58, 2019.

Dip, Andrea; Viana, Natália. “Os pastores de Trump chegam a Brasília”. El País, 12 de agosto de 2019. Disponível em [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/12/politica/1565621932\\_778084.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/12/politica/1565621932_778084.html). Acesso em 15 de outubro de 2022.

Encarnación, Omar G. “American Caudillo: Trump and the Latin-Americanization of US Politics”. Foreign Affairs, 12 de maio de 2016.

Encarnación, Omar G. “The Trumpification of the Latin American Right”. Foreign Affairs, 16 de abril de 2018.

Estado de Minas. “Tradição e monarquia no apoio a Bolsonaro”. 9 de junho de 2019. Disponível em [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/06/09/inter-na\\_politica,1060452/tradicao-e-monarquia-no-apoio-a-bolsonaro.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/06/09/inter-na_politica,1060452/tradicao-e-monarquia-no-apoio-a-bolsonaro.shtml). Acesso em 15 de outubro de 2022.

Farinelli, Victor. “NRA, a Associação Nacional de Rifles, o aliado preferencial do bolsonarismo”. *Jornal GGN*, 2022. Disponível em <https://jornalggm.com.br/xadrez-ultradireita/nra-a-associacao-nacional-de-rifles-o-aliado-preferencial-do-bolsonarismo/>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Freston, Paul. “Bolsonaro, o populismo, os evangélicos e a América Latina”. In: Guadalupe, José Luis Péres e Carranza, Brenda. *Novo Ativismo Político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

Gielow, Igor. “Bolsonaro faz apelo golpista e coloca Forças Armadas em saia justa”. *Folha de S. Paulo*, 19 de abril de 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/bolsonaro-faz-apelo-golpista-e-coloca-forcas-armadas-em-saia-justa.shtml>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Goldberg, Michelle. *Kingdom Coming: the rise of Christian nationalism*. New York: W.W.Norton, 2006.

Green, Emily e Varjacques, Leah. “Brazil’s *far-right* embraced the NRA and gun sales are soaring”. *Vice*, 25 de setembro de 2022. Disponível em <https://www.vice.com/en/article/z34qbw/brazils-far-right-embraced-the-nra-and-gun-sales-are-soaring>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Hunter, James Davison. *Culture Wars: the struggle to define America*. New York: Basic Books, 1991.

Haynes, Jeffrey. “Donald Trump, the Christian Right and COVID-19: The Politics of Religious Freedom”. *Laws*, no. 10, vol. 6, 2021.

Hawley, George. *Making Sense of the Alt-Right*. New York: Columbia University Press, 2017.

Juergensmeyer, Mark. *The New Cold War? Religious nationalism confronts the secular state*. Berkeley: University of California Press, 1993.

Kalil, Isabela et al. “Politics of fear in Brazil: *Far-right* conspiracy theories on COVID-19”, *Global Discourse*, online, 2021.

Krause, Thiago e Pachá, Paulo. “Nostalgia do Império é fantasia reacionária do bolsonarismo, dizem historiadores”. Folha de S. Paulo, 18 de julho de 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/07/nostalgia-do-imperio-e-fantasia-reacionaria-do-bolsonarismo-dizem-historiadores.shtml>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Lago, Rudolfo. “Documento do STF explica como funciona o ‘gabinete do ódio’”. Congresso em Foco, 29 de agosto de 2022. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/documento-do-stf-explica-como-funciona-o-gabinete-do-odio/>. Acesso em 27 de outubro de 2022.

Lopes, Raquel. “Número de armas nas mãos de caçadores e atiradores chega a 1 milhão no Brasil”. Folha de S. Paulo, 31 de agosto de 2022. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/08/numero-de-armas-nas-maos-de-cacadores-e-atiradores-chega-a-1-milhao-no-brasil.shtml>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Machado, Maria; Mariz, Cecília; Carranza, Brenda. “Articulações político-religiosas entre Brasil-EUA: direita e sionismo cristãos”. *Ciencias Sociales y Religión*, vol. 23, 2021.

Main, Thomas. *The Rise of the Alt-Right*. Washington, D.C.: Brookings, 2018.

Mirrlees, Tanner. “The *Alt-Right*’s Discourse of ‘Cultural Marxism’: a political instrument of intersectional hate”. *Atlantis Journal*, vol. 39, no. 1, 2018.

Mudde, Cas. *The Far-Right Today*. New York: Wiley, 2019.

Nunes, Rodrigo. Pequenos fascismos, grandes negócios. *Piauí*, no. 181, 2021. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/pequenos-fascismos-grandes-negocios/>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Oro, Ari Pedro. “Religião e política no Brasil”. *Cahiers des Amériques latines*, vol. 48-49, 2005.

Pacheco, Ronilso. “Reeleição de Bolsonaro impulsionaria radicalização de extremistas cristãos”. Folha de S. Paulo, 8 de outubro de 2022. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/10/reeleicao-de-bolsonaro-impulsionaria-radicalizacao-de-extremistas-cristaos.shtml>. Acesso em 16 de outubro de 2022.

Pagliarini, Andre. “Steve Bannon wants to turn Brazil into the next MAGA battleground”. *The New Republic*, 17 de agosto de 2021.

Pearson, Jake. “Republican billionaire’s group pushes unproven Covid-19 treatment Trump promoted”. ProPublica, 26 de março de 2020. Disponível em <https://www.propublica.org/article/republican-billionaire-group-pushes-unproven-covid-19-treatment-trump-promoted>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Posner, Sarah. *Unholy: Why White Evangelicals Worship at the Altar of Donald Trump*. New York: Random House, 2020.

Prado, Michele. *Tempestade Ideológica: a alt-right e o populismo iliberal no Brasil*. São Paulo: Lux, 2021.

Ramet, Sabrina P. “‘Fighting for the Christian Nation’: The Christian Right and American Politics”. *Journal of Human Rights*, vol. 4, 2005, pp. 431-442.

Rede Brasil Atual. “Indústria de armas financiou 21 parlamentares eleitos em outubro”, 27 de novembro de 2014. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/industria-de-armas-financiou-21-parlamentares-1379/>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Rocha, Camila. *Menos Marx, Mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2021.

Rodríguez, Dardo Justino. “Um lobby político-religioso de penetração e conquista na América Latina”. *Folha de S. Paulo*, 22 de janeiro de 2021. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/01/um-lobby-politico-religioso-de-penetracao-e-conquista-na-america-latina.shtml>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Schwartz, Mattathias. “How the Trump Cabinet’s Bible Teacher Became a Shadow Diplomat”. *The New York Times Magazine*, 29 de outubro de 2019. Disponível em <https://www.nytimes.com/2019/10/29/magazine/ralph-drollinger-white-house-evangelical.html>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Seeing Red. “Did the NRA and a Boston Investment Firm bankroll the Bolsonaro campaign?”, 14 de janeiro de 2022. Disponível em <https://www.propublica.org/article/republican-billionaire-group-pushes-unproven-covid-19-treatment-trump-promoted>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Smith, Amy Erica. *Religion and Brazilian Democracy: mobilizing the people of God*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

Stewart, Katherine. *The Power Worshipers. Inside the Dangerous Rise of Religious Nationalism*. London: Bloomsbury, 2020.

Teitelbaum, Benjamin. *Guerra Pela Eternidade: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista*. Campinas: Unicamp, 2020.

Tharoor, Ishan. “Trump is the first US Latin American president”. *The Washington Post*, 26 de janeiro de 2017. Disponível em <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2017/01/26/trump-is-the-u-s-s-first-latin-american-president/>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Toplin, Robert Brent. *Radical Conservatism: the right’s political religion*. Lawrence: University Press of Kansas, 2006.

UOL Notícias. “‘Gabinete paralelo’ recorreu a guru nos EUA para ter referencial antivacina”, 12 de junho de 2021. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/06/12/gabinete-paralelo-elegeu-guru-nos-eua-e-buscou-informacoes-contravacinas.htm>. Acesso em 16 de outubro de 2022.

Ventura, Deisy; Aith, Fernando; Reis, Rossana. “The catastrophic Brazilian response to covid-19 may amount to a crime against humanity”. *The BMJ Opinion*, 5 de abril de 2021a.

Ventura, Deisy; Aith, Fernando; Reis, Rossana. “Crimes against humanity in Brazil’s covid-19 response—a lesson to us all”. *BMJ* 375:n2625, 2021b.

Whitehead, Andrew; Perry, Samuel. *Taking America Back for God: Christian nationalism in the United States*. Oxford: Oxford University Press, 2020.



*Plataforma Democrática* ([www.plataformademocratica.org](http://www.plataformademocratica.org)) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

**As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:**

**Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:**

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#EstadoDemocracia>

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

**Meios de comunicação e Democracia:**

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#MediosComunicacion>

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#EnsaioDemocracia>

**Sociedade civil e democracia:**

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#CohesionSocial>

**Bibliotecas virtuais:**

<https://www.plataformademocratica.org/biblioteca>

<https://www.plataformademocratica.org/biblioteca-sociedade>

**Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:**

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#RecursosPesquisa>